



Rui Godinho
Presidente do Conselho Diretivo da APDA

PROBLEMAS ESTRUTURAIS

- O Setor da Água e Saneamento, em Portugal, defronta-se com problemas estruturais que sobreviveram ao grande salto qualitativo ocorrido na última década do século XX e na primeira deste século.
- Caracteriza-se por um dualismo de organização, que se manifesta numa percentagem largamente maioritária de entidades gestoras com menos de 10 mil clientes, cobrindo grande parte do território nacional.
- Reflete-se em indicadores relativos à existência de significativos volumes de água não faturada, no deficiente conhecimento das infraestruturas e na ausência de recuperação de gastos, com implicações na qualidade dos serviços.

PROBLEMAS ESTRUTURAIS

- **As perdas de água são, em média, ainda muito elevadas, a reabilitação e renovação dos sistemas processam-se a taxas anuais insuficientes, o tratamento e a gestão de lamas, especialmente das provenientes de ETAR, não têm soluções sustentadas.**
- **O setor vem sofrendo também uma redução de financiamento disponível e de investimento, estando sujeito a novas contingências como a emergência climática, a crescente escassez de disponibilidades hídricas e a crise energética.**
- **A recuperação de gastos, embora constando da lei portuguesa e da legislação que enquadra os serviços de água e saneamento, permanece como um dos temas que não alcança facilmente os necessários acordos.**

PROBLEMAS ESTRUTURAIS

- Destaque para o estudo consistente da situação do setor e a amplitude das áreas que têm sido menos visíveis, como a adaptação às alterações climáticas, a economia circular e a reutilização.
- O **PENSAARP 2030** define 4 objetivos estratégicos globais (eficiência, eficácia, sustentabilidade e valorização do setor), que se desdobram em 20 objetivos específicos, 70 medidas, a que acrescem ainda 12 medidas designadas como MAXx, os incentivos correspondentes às medidas e as centenas de ações em que aquelas se desdobram.
- Estas medidas incluem ações cujo custo vai de 1000 euros até 4.216 milhões de euros.

Dificuldades para a valorização da dimensão de estratégia política e a delimitação seletiva das medidas e ações mais importantes para o setor.

PROBLEMAS ESTRUTURAIS

- A ausência de resiliência do setor e o seu agravamento conjuntural, decorrente da pandemia, impõem a exclusão ou gradação de alguns objetivos a prosseguir no âmbito do **PENSAARP 2030** (águas pluviais).
- Reclamam-se soluções e medidas expressas em políticas públicas, que responsabilizem os decisores aos níveis nacional, regional e local, para corrigir os défices estruturais e para contribuir para um progressivo equilíbrio no setor.
- Impõe-se, também, uma importante e clara reflexão sobre a magnitude económica desses esforços e quanto aos recursos financeiros que os apoiem, diferentemente do que aconteceu com a **sua quase ausência no Plano de Recuperação e Resiliência relativamente ao Ciclo Urbano da Água, deixando de fora, neste âmbito, 92% do País.**

PENSAARP 2030

Considera-se serem claramente escassos os meios propostos a alocar, que podem resumir-se como resultados de várias realidades incontornáveis e conflitantes:

- Impacto económico da totalidade das medidas, a sua repercussão tarifária, a limitada relevância da subsidiação na formação dos preços;
- Significativo agravamento da conjuntura económica;
- Correspondentes dificuldades de absorção social dos custos previstos.

Emerge deste PENSAARP, por isso, uma questão central: a necessidade em definir políticas públicas prioritárias para o Setor.

PENSAARP 2030

- Essencial assumir as prioridades e desenvolver políticas centradas nestes objetivos específicos, selecionados como mais importantes.
- Coerência na definição das políticas prioritárias, instrumentos simples de regulação, concentração na busca da excelência (investindo na inovação tecnológica e organizacional e nas “soluções baseadas na natureza”).
- Progressividade e coercibilidade da recuperação de gastos, apoios transitórios às entidades gestoras mais frágeis e políticas de subsídio exigentes, mas aplicáveis.

PENSAARP 2030

- Não alargar as responsabilidades económicas das entidades gestoras e dos consumidores, para além dos serviços atualmente existentes, nomeadamente não decidir sobre as “águas pluviais”.
- Definir algumas, não muitas, políticas para fazer face às medidas de prioridade 1.
- Só as prioridades claras já implicam significativos agravamentos tarifários, que ocorrerão em ambiente inflacionista e de encarecimento dos fatores de produção.

PENSAARP 2030

- Há uma grande indefinição sobre a dimensão económica relativa às águas pluviais.
- “Os gastos com os serviços devem ser tendencialmente recuperados por tarifas (T1) para os serviços de abastecimento de água e de águas residuais (e eventualmente pluviais), sendo também prevista utilização dos impostos (T2) para os serviços de águas pluviais...”. E o T3 (Transferências)?
- Por isso, pairam sobre as entidades gestoras e, indiretamente, sobre os consumidores, sérios riscos sobre a imputação dos gastos correspondentes à intervenção no investimento em infraestruturas pluviais.

PENSAARP 2030

- **Recomenda-se a maior cautela na imputação generalizada da construção de infraestruturas de águas pluviais às entidades gestoras e devem tirar-se consequências, também cronológicas, da atribuição de prioridade menor (prioridade 3), de forma a evitar o risco de perturbação das outras prioridades.**

A APDA mantém todas as reservas a uma aplicação imediata do PENSAARP conducente, na prática, à generalização de uma quarta tarifa a suportar pelos consumidores de água, ainda que “escondida” na tarifa de águas residuais.

PENSAARP 2030

- Os saltos qualitativos decorrentes do PENSAARP 2030 que se consideram fundamentais (equilíbrio económico do Setor, socorro aos pequenos municípios, maiores taxas de reabilitação e redução de perdas, circularidade sustentada, inovação e eficiência energética para contribuir para a adaptação às alterações climáticas, bem como investimentos urgentes na gestão de lamas), imporão às entidades gestoras e, por extensão, aos consumidores, um grande esforço.

Uma forte política de comunicação, que ajude a vencer os preconceitos relativos ao preço da água e reforce a perceção nas várias componentes do “valor da água”.

MEDIDAS DE POLÍTICA

- Para superar as dificuldades do setor, na situação de emergências climática e sanitária, há que colocar a “Água” no topo da Agenda Política nacional, regional e local.
- Declarar as Águas Subterrâneas como “reserva estratégica” para assegurar a defesa, o aprovisionamento, a segurança hídrica e a segurança nacional.
- Sem água não há desenvolvimento e destrói-se a biodiversidade.
- Sem serviços de abastecimento de água e saneamento que cubram todo o território nacional, Portugal manter-se-á um País a duas velocidades, sem compensações para a interioridade e com défices estruturais ampliados pela emergência climática e a crise pandémica.

MEDIDAS DE POLÍTICA

- Estes factos, associados aos cenários, cada vez mais credíveis, de sermos confrontados com situações de escassez e carência extremas, devem suscitar, assim, uma preocupação crescente na sociedade portuguesa quanto à urgência na definição e aplicação de uma Estratégia Nacional de Garantia de Segurança Hídrica para o País.
- Associando a estes factos uma clara insuficiente taxa de reabilitação e renovação das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento em largas zonas do território nacional (a APDA vem propondo 1,5 – 2% ao ano), ligada com terem ficado de fora do PRR quaisquer intervenções e financiamentos no “Ciclo Urbano da Água” e na “Gestão do Recursos Hídricos” na maior parte do País, excluindo mais de 92%.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Orientações políticas visando ajustamentos na governação da água e no seu financiamento

- Reforço dos mecanismos independentes de prestação de contas para uma maior transparência na informação e na monitorização dos indicadores de desempenho;
- Reforço dos incentivos económicos para uma maior eficiência e equitativa gestão dos riscos relacionados com a gestão da água;
- Reforço dos instrumentos regulatórios, quer de natureza institucional e qualidade, como no plano económico (ERSAR).

MEDIDAS DE POLÍTICA

- Importante elencar as prioridades para a gestão da água nos próximos dez anos, que necessariamente teremos que cumprir;
- Confirmar a universalidade do acesso aos serviços de água e saneamento, em quantidade e qualidade, a preços socialmente justos e economicamente sustentáveis: serviço público e água potável e saneamento para todos (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 6);
- Garantir, através de legislação adequada, que os ativos do setor da água e dos recursos hídricos sejam considerados “ativos estratégicos” para a segurança, defesa e abastecimento do país, como é o caso da energia, telecomunicações e transportes, corrigindo, assim, uma inaceitável ausência de “Água” no enquadramento legal deste conceito e medidas consequentes.

MEDIDAS DE POLÍTICA

- **Necessidade de um amplo estudo sobre os custos económicos da poluição da água, no sentido de estabelecer uma relação coerente entre a água, a agricultura/alimentação, a indústria, a proteção da natureza e biodiversidade e a educação (“Five Fingers Alliance” do World Water Council);**
- **Reforçar a coerência entre a água, território e ordenamento na base de uma legislação que enquadre um real Planeamento Ambiental;**
- **Organizar o segmento das águas residuais de uma forma mais coerente e integrada, reforçando a reutilização das águas residuais tratadas e considerando aspetos de âmbito e escala (Ciclo Urbano da Água);**
- **Fortalecer os sistemas de financiamento, de modo a assegurar a sustentabilidade a longo prazo;**

MEDIDAS DE POLÍTICA

- Adotar ações e medidas que enfrentem a crescente vulnerabilidade dos recursos hídricos e dos serviços de água a fenómenos extremos provocados pelas alterações climáticas (cheias e inundações, secas, escassez e incerteza), reforçando a urgente atenção à necessidade de preparação das Entidades Gestoras e do Setor da Água, em geral;
- Proteger, valorizar e prosseguir políticas de recursos humanos que assegurem a manutenção dos centros de competências – alguns de excelência – que criámos nas últimas décadas;
- Internacionalizar com inteligência.

MEDIDAS DE POLÍTICA

Cinco Pilares para melhorar a Gestão da Água e dos Serviços de Água e Saneamento e Portugal

- Garantir a Segurança Hídrica do País como contributo essencial da “segurança humana”;
- Melhorar a “governança” dos serviços, aplicando, nomeadamente, os Princípios da Boa Governança da OCDE;
- Aplicar, sem demoras, o PNUEA – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água aos três principais consumidores: urbano, agricultura e indústria. (Ênfase especial na reutilização das águas residuais tratadas de ETAR);
- Promover o “Valor da Água”, sua perceção e assunção por todos os “stakeholders”;
- Assumir a “Inovação” como uma constante da vida das organizações do setor, criando uma “cultura de inovação”, como estratégia do setor.

MEDIDAS DE POLÍTICA

- Os serviços da água são também um elemento fundamental para a compensação da interioridade, já que estão presentes em todos os recantos do País. O mesmo se dirá para a gestão da água em todo o seu “ciclo terrestre”. O diagnóstico do Conselho Superior de Obras Públicas no Parecer sobre o Programa Nacional de Investimentos – PNI 2030 – confirma-o.
- No entanto, o seu papel crucial como fator de desenvolvimento não tem merecido a atenção que se impõe, sendo até mesmo esquecido pelos decisores na definição de políticas públicas.
- Portanto, os défices estruturais do Setor, a não serem atacados de forma sustentada, ver-se-ão fortemente ampliados pela emergência climática e pela crise pandémica, comprometendo por mais um longo período a sua sustentabilidade.

MEDIDAS DE POLÍTICA

- É necessário construir consensos políticos em torno da necessidade de sensibilização para as questões ambientais, nomeadamente as que se refletem na escassez sistémica dos recursos hídricos;
- Reforçar o financiamento do Governo para as questões associadas à Adaptação das Alterações Climáticas, nas suas diversas vertentes;
- É indispensável assumir compromissos com uma visão de futuro que transcenda os ciclos eleitorais, pois trata-se de um tema que não pode depender de ciclos políticos, como é o caso da “Declaração de Compromisso de Ação contra as Alterações Climáticas” lançada pela APDA e que já recolheu perto de 200 adesões em todo o País;

Garantir condições de continuidade das Políticas Públicas que envolvem o Setor da Água.



Muito Obrigado!